

# **Destinatários**:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

## 152 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 06 a 10/02/2023

1. SESSÃO PLE	NÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO PE	1
2. CONSELHO	EUROPEU EXTRAORDINÁRIO	2
	Volodymyr Zelensky no Conselho Europeu	2
	Conclusões do Conselho Europeu	3
3. ATIVIDADE	S DAS COMISSÕES DO PE	4
	ITRE	4
	BUDG e CONT	4
	TO EUROPEU - PRIMEIROS PASSOS SOBRE INTEGRIDADE, NCIA E RESPONSABILIDADE	4
5. COMISSÃO	EUROPEIA   RESILIÊNCIA A CATÁSTROFES	5
6. COMISSÃO DAGAMENTO	EUROPEIA   MECANISMO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA - 2º PORTUGAL	6
7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE		6
	Conselho dos Assuntos Gerais	6
	Reunião informal dos ministros da Competitividade	6
8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA		7
	Parlamento Europeu	7
	Comissão Europeia	7
	Conselho da União Europeia	7

### 1. SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO PE 1

Realizou-se, no dia 9 de fevereiro, uma <u>sessão plenária do Parlamento Europeu (PE) para receber o Presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky,</u> no contexto da visita deste a Bruxelas.



© União Europeia 2023 — PE

No início da sessão, a Presidente do PE, Roberta Metsola (Malta, PPE), cujo discurso integral está disponível aqui, recordou que "Este é um momento extraordinário, em tempos extraordinários", pois "Já passou quase um ano desde a invasão brutal e ilegal da Ucrânia soberana pela Rússia.". Acrescentou que, durante todo este tempo, a liderança de Zelensky "inspirou o seu povo e inspirou todos os cantos do globo.", pois "Quando o mundo pensa na Ucrânia, pensa em heróis que lutam contra as probabilidades, em David batendo em Golias. Pensam nos ícones de Snake Island, nos guerreiros de Mariupol, nos libertadores de tantas cidades e aldeias ocupadas.", considerando que "Os seus nomes serão falados durante gerações.".

A Presidente do PE assinalou que "Entendemos que está a lutar não só pelos seus valores, mas pelos nossos", referindo, em seguida, que "A Ucrânia é Europa e o futuro da sua nação está na União Europeia", motivo pelo qual a UE deveria dar à Ucrânia um "processo de adesão o mais rápido possível" e, "como próximo passo, fornecer os sistemas de longo alcance e os jatos necessários para proteger a liberdade que muitos tomaram como um dado adquirido".

Concluiu, referindo que o Presidente ucraniano não precisa "de convencer ninguém aqui de como é essencial apoiar a Ucrânia.", nomeadamente "para assegurar a vitória, a paz real - com base no seu plano de 10 pontos, responsabilidade por aqueles que cometeram crimes de guerra e pela protecção da liberdade de todos os ucranianos.". Finalmente, Roberta Metsola quis "repetir a promessa que vos fiz quando nos encontrámos em Kiev, em abril último: nós apoiamos-vos. Estávamos convosco nessa altura, estamos convosco agora, estaremos convosco durante o tempo que for preciso.".

O Presidente da Ucrânia, cujo discurso está disponível <u>aqui</u>, agradeceu o apoio europeu à Ucrânia na luta contra a Rússia, bem como o acolhimento dos refugiados ucranianos que chegaram à UE, instando a um caminho conjunto entre a Europa e a Ucrânia.

-

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Fonte: Serviço de Imprensa do PE

Zelensky afirmou que a Rússia está a tentar eliminar a soberania da Ucrânia, mas também o "modo de vida" europeu, que assenta em regras, valores, igualdade e equidade, ao qual a Ucrânia deseja pertencer.

Porém, sublinhou que, para que "os nossos sonhos para os nossos filhos e netos se tornem realidade, precisamos de paz e segurança. Estes sonhos não serão possíveis se não ultrapassarmos esta força antieuropeia que nos tenta roubar a nossa Europa".

Esta foi a primeira visita oficial do presidente Volodymyr Zelensky ao Parlamento Europeu, depois de se ter dirigido à distância aos deputados do PE durante a sessão extraordinária em 1 de março de 2022, pouco após a Rússia ter iniciado a sua guerra contra a Ucrânia. Zelensky interveio também na sessão plenária de 14 de dezembro do mesmo ano, quando o Prémio Sakharov do Parlamento Europeu de 2022 foi atribuído ao corajoso povo da Ucrânia.

A Conferência de Presidentes do PE adotou uma declaração de apoio à Ucrânia, disponível aqui.

### 2. CONSELHO EUROPEU EXTRAORDINÁRIO

Nos dias 9 e 10 de fevereiro, teve lugar um Conselho Europeu extraordinário, em Bruxelas. Nos termos da carta de convite (aqui) do Presidente desta instituição, Charles Michel, constavam da agenda três temas principais: a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, a economia e competitividade e a política de migração. O *think tank* do PE disponibilizou uma antevisão do Conselho, disponível aqui. O *Político* tem um *live blog* com a cobertura jornalística da reunião, aqui.

#### Volodymyr Zelensky no Conselho Europeu

O Presidente ucraniano esteve presente nesta reunião, onde realizou <u>encontros bilaterais</u> com todos os líderes, antes de se dirigir ao Conselho e de participar numa <u>conferência de imprensa conjunta</u> com o Presidente do Conselho e com a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. Nessa ocasião, Zelensky manifestou a expectativa de que as negociações de adesão da Ucrânia à UE se possam iniciar em 2023 (vídeo da intervenção <u>aqui</u>).



© União Europeia 2023 — Conselho

#### Conclusões do Conselho Europeu

O Conselho Europeu adotou Conclusões (disponíveis <u>aqui</u>), sendo de destacar os aspetos relativos à economia e sobre migrações.

No tocante à economia, e no seguimento do que temos vindo a dar nota nas Sínteses anteriores (cfr. Sínteses n.º 149, ponto 2, n.º 151, ponto 7), os líderes debruçaram-se sobre a Comunicação da Comissão sobre o Plano Industrial do Pacto Ecológico para a Era do Impacto Zero (a este respeito, damos nota da apresentação feita pelos serviços da Comissão Europeia aos representantes dos Parlamentos nacionais em Bruxelas sobre esta matéria, disponível aqui). O Conselho considera que "é necessário fazer avançar urgentemente os trabalhos no que diz respeito a:

- "i) <u>Política em matéria de auxílios estatais</u>, com os procedimentos mais simples, mais rápidos e mais previsíveis, e permitir a prestação célere de apoio específico, temporário e proporcionado, inclusive através de créditos fiscais, nos setores estratégicos para a transição ecológica que são afetados negativamente pelas subvenções estrangeiras ou pelos elevados preços da energia. (...) A integridade do mercado único e as condições de concorrência equitativas nesse mercado têm de ser mantidas.
- ii) <u>Financiamento ao nível da UE:</u> para facilitar a transição ecológica em toda a União e evitar a fragmentação do mercado único, o acesso equitativo aos meios financeiros é indispensável para uma resposta estratégica plenamente eficaz por parte da UE. Para o efeito, convirá aplicar de forma mais flexível os fundos da UE existentes e explorar opções que facilitem o acesso ao financiamento.
- c) Quadro regulamentar: são essenciais condições de enquadramento simples, previsíveis e claras para o investimento na União Europeia. Os procedimentos administrativos e de concessão de licenças deverão ser simplificados e acelerados, inclusive para assegurar a capacidade de fabrico dos produtos fundamentais para atingir os objetivos de neutralidade climática da UE, tendo em conta toda a cadeia de abastecimento e de valor transfronteiras. Deverá ser assegurado o acesso às matérias-primas críticas pertinentes, nomeadamente através da diversificação das fontes de aprovisionamento e da reciclagem das matérias-primas para promover os princípios da economia circular. A próxima reforma da configuração do mercado da eletricidade deverá apoiar a transição para um sistema energético descarbonizado e eficiente, ao custo mais baixo possível, garantir a segurança do aprovisionamento a todo o momento e melhorar a competitividade da UE."

Recorde-se que este debate tem sido marcado pela questão da possível fragmentação do mercado interno da UE causada pelos auxílios estatais, com alguns Estados-Membros (como a França e a Alemanha, detalhe aqui) a defenderem uma política mais flexível nesta matéria, sendo que outros países (Dinamarca, Finlândia, Irlanda, Países Baixos, Polónia e Suécia, a que se juntaram República Checa, Hungria, Letónia e Eslováquia) divulgaram um non-paper em que solicitam prudência à Comissão Europeia na revisão destas regras (quadro temporário de crise para os auxílios estatais), pois tal pode gerar "efeitos negativos significativos, incluindo a fragmentação do mercado interno, os tipos de subsídios prejudiciais e o enfraquecimento do desenvolvimento regional". O non-paper está disponível aqui).

Sobre migrações, e nos termos da carta de convite do Presidente do Conselho, o objetivo era debater as medidas a tomar "face ao crescente número de passagens irregulares das fronteiras na maioria das rotas e de movimentos internos na União", nomeadamente "a dimensão externa da migração, através do reforço da nossa ação externa, melhorando os regressos e as readmissões, controlando melhor as nossas fronteiras externas e através da luta contra o tráfico de seres humanos e contra a introdução clandestina de migrantes.".

O *Politico* (aqui) e o *Financial Times* (aqui) oferecem análises bastante detalhadas do atual contexto em matéria de migrações na UE, enfatizando que os pedidos de asilo nos países da UE, mais a Noruega

e a Suíça, ultrapassaram 100.000 em novembro pelo terceiro mês consecutivo, enquanto as chegadas irregulares atingiram o seu ponto mais alto no ano passado desde 2016.

Assim, o Conselho Europeu registou os progressos alcançados em 2022, e "apela aos co-legisladores para que prossigam os trabalhos sobre o Pacto em matéria de Migração e Asilo, em conformidade com o roteiro conjunto, bem como sobre o Código das Fronteiras Schengen revisto e a Diretiva Regresso. O Conselho Europeu toma nota da intenção da Presidência de, na próxima reunião do Conselho de Justiça e Assuntos Internos, debater a implementação do roteiro de Dublin, bem como o empenhamento efetivo da UE nas fronteiras externas, inclusive no que respeita às operações de entidades privadas."

No que diz respeito às fronteiras externas, o Conselho "apela à Comissão para que mobilize imediatamente fundos e meios significativos da UE a fim de apoiar os Estados-Membros no reforço das capacidades e das infraestruturas de proteção das fronteiras, dos meios de vigilância, incluindo a vigilância aérea, e dos equipamentos.". Por outro lado, "reconhece as especificidades das fronteiras marítimas, inclusive no que diz respeito a salvaguardar vidas humanas, e sublinha a necessidade de uma cooperação reforçada no que diz respeito às atividades de busca e salvamento.".

#### 3. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE

#### **ITRE**

A Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia adotou esta semana a sua posição sobre a proposta de revisão da Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios, cujos objetivos principais são a redução substancial da emissão de gases com efeito de estufa e do consumo de energia no setor da construção da UE até 2023, tornado-o neutro para o clima até 2050, visando ainda aumentar a taxa de renovação de edifícios energeticamente ineficientes e melhorar a informação sobre o desempenho energético. Adotou ainda a sua posição sobre um regulamento e uma diretiva relativos à facilidade de acesso à rede de gases renováveis e com baixo teor de carbono, como o biometano e o hidrogénio, que cria um sistema de certificação para gases com baixo teor de carbono e assegura que os consumidores possam mudar mais facilmente de fornecedor para escolher gases renováveis em vez de combustíveis fósseis nos seus contratos, assim como a sua posição relativamente ao quadro para uma Identidade Digital Europeia e sobre o Regulamento Dados, que visa impulsionar a inovação através da remoção das barreiras que impedem o acesso dos consumidores e das empresas aos dados.

#### **BUDG** e CONT

A Comissão dos Orçamentos e a Comissão do Controlo Orçamental debateram o <u>progresso na implementação dos planos de recuperação</u> com os Comissários Dombrovskis e Gentiloni. Os deputados colocaram questões sobre as orientações relativas aos planos de recuperação e resiliência no contexto do REPowerEU, preparadas pela Comissão, para acelerar a implementação dos planos revistos, incluindo os capítulos sobre as medidas de financiamento do REPowerEU para fazer face às disrupções do mercado de energia. Os deputados colocaram também questões sobre o Plano Industrial do Pacto Ecológico e o Fundo Europeu de Soberania para a indústria.

## 4. PARLAMENTO EUROPEU - PRIMEIROS PASSOS SOBRE INTEGRIDADE, TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Tal como havíamos dados nota em Sínteses recentes, nomeadamente na n.º 148 (ponto 1), e no seguimento das investigações relacionadas com suspeitas de corrupção no PE, nomeadamente de Deputados, ex-Deputados, assistentes parlamentares, entre outras figuras, a Conferência de

Presidentes do PE tem-se debruçado sobre um pacote de reformas sobre integridade, transparência e responsabilidade, com base numa proposta apresentada pela Presidente Roberta Metsola.

Esta semana, a Conferência de Presidentes aprovou o primeiro pacote destas medidas, que incluem:

- Um período de nojo (*cooling-off*) para os Deputados ao PE que desejem fazer *lobby* junto do Parlamento quando já não se encontram em funções;
- Tornar mais clara em linha toda a informação relacionada com a integridade do trabalho parlamentar;
- Inscrição obrigatória no Registo da Transparência para qualquer evento com participação de representantes de interesses no PE;
- Requisito alargado a todos os Deputados, assistentes e outro pessoal, que têm um papel ativo num relatório ou resolução para declarar reuniões programadas com representantes diplomáticos de países terceiros, e com terceiros abrangidos pelo âmbito do registo de transparência;
- Proibição de grupos de amizade com países terceiros onde já existam interlocutores parlamentares oficiais e que possam causar confusão;
- Todas as pessoas com mais de 18 anos de idade que visitem o PE preencherão um novo registo de entrada (não se aplica a jornalistas e outras instituições da UE);
- Ex-membros e ex-funcionários receberão crachás de acesso diário;
- Relatores e relatores-sombra deverão submeter uma declaração de conflito de interesses ao secretariado da comissão competente quando nomeados;
- Formulário revisto de declaração sobre interesses financeiros, que incluiria informação mais clara sobre os postos de trabalho dos Membros e atividades externas, quando apropriado;
- Introdução de uma formação de conformidade e de denúncia de irregularidades;
- Combater a interferência estrangeira aplicando regras para Moções de Resoluções apresentadas com urgência, em conformidade com o atual artigo 144.º do Regimento;
- Reforço da cooperação com as autoridades nacionais para impulsionar a luta contra a corrupção.

O documento integral está disponível <u>aqui</u>, sendo que alguns grupos políticos (S&D, Verdes e a Esquerda) têm <u>insistido na proposta</u> (prevista na resolução adotada em dezembro passado e não contemplada neste pacote) de criação de uma comissão parlamentar especial sobre esta matéria, tendo a opção recaído por alargar o mandato da atual Comissão Especial sobre a Ingerência Estrangeira em Todos os Processos Democráticos na União Europeia, incluindo a Desinformação (<u>INGE2</u>).

#### 5. COMISSÃO EUROPEIA | RESILIÊNCIA A CATÁSTROFES

A Comissão Europeia adotou uma <u>recomendação</u> e uma <u>comunicação</u> que estabelecem objetivos comuns para <u>reforçar a resiliência a catástrofes no âmbito da proteção civil</u>, procurando prosseguir cinco objetivos:

- 1. **Antecipar** Melhorar a avaliação dos riscos, a antecipação e o planeamento da gestão dos riscos de catástrofe;
- 2. **Preparar** Aumentar a sensibilização e a preparação da população para os riscos;
- 3. **Alertar** Reforçar o alerta precoce;
- 4. **Responder** Reforçar a capacidade de resposta do Mecanismo de Proteção Civil da UE;
- 5. **Proteger** Garantir um sistema de proteção civil sólido.

Para concretizar estes objetivos, a Comissão lançará cinco iniciativas emblemáticas, de que é exemplo o *preparEU*, um programa pan-europeu de sensibilização para a resiliência a catástrofes dirigido aos cidadãos europeus.

O reforço da resiliência a catástrofes inclui formas de preparar melhor os países europeus para os riscos naturais (sismos, inundações, incêndios florestais), procurando melhorar a capacidade da UE, dos seus Estados-Membros e dos Estados participantes no Mecanismo de Proteção Civil da UE para antecipar futuras catástrofes e emergências de grandes proporções e resistir aos seus efeitos.

A secção de perguntas e respostas encontra-se disponível aqui.

### 6. COMISSÃO EUROPEIA | MECANISMO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA - 2º PAGAMENTO PORTUGAL

A Comissão Europeia fez esta semana o segundo pagamento a Portugal de 1,8 mil milhões de euros a título do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, graças ao cumprimento, por Portugal, dos 20 marcos e metas associados à segunda parcela. O montante inclui 1,7 mil milhões de euros em subvenções e 109 milhões de euros em empréstimos e o seu pedido refere-se a reformas nos domínios da gestão de hospitais públicos e da transição digital nos setores público e privado, outros investimentos significativos nos domínios da saúde, da proteção social, da silvicultura, da gestão dos recursos hídricos, da inovação, da mobilidade sustentável, das competências digitais, da cultura, das finanças públicas e da administração pública. Os montantes dos pagamentos efetuados aos Estados-Membros são publicados na grelha de avaliação da recuperação e resiliência, que mostra os progressos realizados na execução do Mecanismo no seu conjunto e dos planos individuais de recuperação e resiliência.

#### 7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

#### Conselho dos Assuntos Gerais

O Conselho preparou a reunião extraordinária do Conselho Europeu, debatendo o seu projeto de conclusões. Foi feito um ponto de situação das relações entre a UE e o Reino Unido, focado na aplicação do Acordo de Saída (particularmente no Protocolo relativo à Irlanda/Irlanda do Norte), estando a ser desenvolvidos trabalhos para encontrar soluções comuns para as preocupações do quotidiano de todas as comunidades na Irlanda do Norte e proteger tanto o lugar da Irlanda do Norte no mercado interno do Reino Unido como a integridade do mercado único da UE. Os ministros congratularam o diálogo em curso com vista a encontrar soluções conjuntas e manifestaram o seu pleno apoio à Comissão Europeia, reiterando a disponibilidade da UE para debater de forma construtiva uma solução negociada no âmbito do Protocolo, a fim de dar resposta às dificuldades práticas da sua aplicação no terreno. Por fim, foram apresentadas as prioridades da Presidência sueca para o primeiro semestre de 2023.

#### Reunião informal dos ministros da Competitividade

Os <u>ministros debateram</u> formas de, através da melhoria do mercado único e da transição verde, reforçar a competitividade da UE a longo prazo. Foram também discutidas medidas de curto prazo, de que são exemplo as tomadas como resposta à crise energética. Realizaram ainda um debate sobre o reforço e desenvolvimento da utilização de dados de estruturas de investigação para melhor responder aos desafios da sociedade e reforçar a competitividade, assim como sobre o acesso livre a publicações científicas e o seu desenvolvimento no âmbito da digitalização.

#### 8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

#### Parlamento Europeu

Na próxima semana, os trabalhos no Parlamento Europeu serão dedicados à sessão plenária em Estrasburgo, destacando-se os seguintes temas em debate:

- Novo organismo europeu independente de ética;
- Eleições europeias e locais: facilitar a participação dos cidadãos noutros Estados-Membros;
- Resposta da UE ao terramoto na Turquia e na Síria;
- Alargamento da UE: caminho a seguir para os Balcãs Ocidentais;
- Nova rede de satélites de telecomunicações para reforçar a autonomia estratégica da UE;
- Convenção de Istambul: fim dos atrasos na adesão da UE;
- REPowerEU: inclusão de medidas energéticas nos planos nacionais de recuperação.

#### Comissão Europeia

A <u>próxima reunião</u> do Colégio será no dia <u>14 de fevereiro</u>, com destaque para a *Revisão das normas de emissão de CO2 dos veículos pesados*.

#### Conselho da União Europeia

O calendário completo está disponível, destacando-se:

- 13.02: <u>Eurogrupo</u>
- 14.02: Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)

Bruxelas | 10 de fevereiro de 2023

Para mais informações: <u>Catarina Ribeiro Lopes</u>, Representante Permanente da AR junto da UE e <u>Bruno Dias Pinheiro</u>, Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores aqui (ARNet) ou aqui.